SAÚDE MENTAL NA INFÂNCIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL: DESAFIOS E CAMINHOS PARA UMA INCLUSÃO INTEGRAL



MENTAL HEALTH IN CHILDHOOD AND SPECIAL EDUCATION: CHALLENGES AND PATHS TO FULL INCLUSION

DORA CELIA PICON LOIOLA

Graduação em Letras - Língua Portuguesa e Língua Inglesa pela Faculdade FINTEC (2009); Pós-graduação em Psicopedagogia pela Faculdade FATECE (2012); Licenciatura em Pedagogia Gestão pela Faculdade ÍTALO BRASILEIRO (2021); Professora de Educação Básica II de Língua Inglesa pelo Governo do Estado de São Paulo (2009); Professora de Ensino Fundamental II e Médio - Língua Inglesa - na EMEF Carlos Francisco Gaspar (2012).

RESUMO

Este artigo analisa a intersecção entre educação especial e saúde mental na infância, destacando os desafios enfrentados pelas escolas públicas brasileiras na inclusão de crianças com transtornos mentais. A partir de uma revisão teórica e de estudos de caso, são discutidas as lacunas na formação docente, os preconceitos e estereótipos ainda recorrentes da sociedade que dificulta a integração destes estudantes, a ausência de políticas intersetoriais e a dificuldade de diagnóstico precoce. O texto propõe estratégias pedagógicas e institucionais que favoreçam o acolhimento e o desenvolvimento integral dos alunos, como a escuta ativa, a articulação com equipes multiprofissionais, adaptações curriculares e a promoção de ambientes escolares emocionalmente seguros. Conclui-se que a integração entre educação e saúde é essencial para garantir uma inclusão efetiva e humanizada. A saúde mental é necessária para todos e é na infância um ponto crucial para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social, afetando sua capacidade de aprender e lidar com os desafios.

PALAVRAS-CHAVE: Educação especial; Saúde mental infantil; Desenvolvimento integral; Transtornos mentais; Escola pública.

ABSTRACT

This article analyzes the intersection between special education and mental health in childhood, highlighting the challenges faced by Brazilian public schools in including children with mental disorders. Based on a theoretical review and case studies, it discusses gaps in teacher training, recurring societal prejudices and stereotypes that hinder the integration of these students, the absence of intersectoral policies, and the difficulty of early diagnosis. The text proposes pedagogical and institutional strategies that favor the acceptance and integral development of students, such as active listening, coordination with multidisciplinary teams, curricular adaptations, and the promotion of emotionally safe school environments. It concludes that the integration of education and health is essential to ensure effective and humanized inclusion. Mental health is necessary for everyone and is crucial in childhood for cognitive, emotional, and social development, affecting children's ability to learn and cope with challenges.

KEYWORDS: Special education; Child mental health; Comprehensive development; Mental disorders; Public school.

INTRODUÇÃO

A educação especial tem se consolidado como um campo fundamental para a promoção da equidade no ambiente escolar, especialmente no que diz respeito ao atendimento de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. No entanto, um aspecto ainda pouco explorado nas políticas e práticas educacionais é a intersecção entre a educação especial e a saúde mental na infância.

A infância é um período crítico para o desenvolvimento emocional, cognitivo e social, sendo também a fase em que muitos transtornos mentais começam a se manifestar. Transtornos como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno do Espectro Autista (TEA), ansiedade e depressão infantil podem impactar significativamente o processo de aprendizagem e a adaptação escolar. Quando não identificados e tratados adequadamente, esses quadros podem gerar barreiras à inclusão e ao desenvolvimento pleno da criança.

Neste contexto, torna-se urgente refletir sobre como o sistema educacional pode acolher e atender de forma eficaz crianças que apresentam demandas relacionadas à saúde mental, especialmente aquelas que se enquadram no público da educação especial. Este artigo tem como objetivo analisar os desafios e possibilidades da articulação entre educação especial e saúde mental na infância, propondo intervenções, estratégias pedagógicas e institucionais que favoreçam uma inclusão integral e humanizada.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A educação especial, conforme definida pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), visa garantir o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. No entanto, a articulação entre essa política e as demandas de saúde mental na infância ainda é incipiente, apesar da crescente evidência de que transtornos mentais podem impactar diretamente o processo de escolarização e inclusão.

A saúde mental infantil, por sua vez, tem sido objeto de crescente atenção nas políticas públicas brasileiras, especialmente após a publicação da Portaria nº 3.088/2011 do Ministério da Saúde, que institui a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e reconhece a necessidade de atendimento especializado para crianças e adolescentes. Ainda assim, historicamente, esse público foi marcado por negligência e marginalização, como apontam Ribeiro (2006) e Cunha & Boarini (2011), que destacam o longo percurso de invisibilidade das questões emocionais na infância.

Segundo Faria e Rodrigues (2020), um novo paradigma em saúde mental vem se consolidando, pautado por uma abordagem mais ampla e contextualizada, que considera os determinantes sociais da saúde e valoriza ações de promoção e prevenção. Essas ações, quando aplicadas ao contexto escolar, podem contribuir significativamente para o bem-estar psicológico dos alunos, favorecendo a identificação precoce de transtornos e a construção de ambientes mais acolhedores.

A escola, nesse sentido, é compreendida como um espaço privilegiado para a implementação de estratégias de promoção da saúde mental, indo além da transmissão de conteúdos e assumindo um papel ativo na formação integral dos estudantes (Guzzo, 2016). Murta, Günther e Guzzo (2015) reforçam que a infância é uma fase estratégica para intervenções precoces, tanto preventivas quanto promotoras de saúde.

Além disso, autores como Matos e Goes (2021) discutem a intersetorialidade como caminho necessário para a efetivação das políticas de educação especial e saúde mental infantojuvenil. A articulação entre os setores da educação, saúde e assistência social é vista como essencial para garantir o direito à inclusão e ao cuidado integral.

Essas perspectivas indicam que a integração entre educação especial e saúde mental infantil não apenas é possível, como também urgente, diante dos desafios contemporâneos enfrentados pelas escolas brasileiras.

DESAFIOS ENFRENTADOS NA ESCOLA

A inclusão de crianças com transtornos mentais no ambiente escolar apresenta uma série de desafios que envolvem aspectos pedagógicos, institucionais e sociais. Embora a legislação brasileira assegure o direito à educação inclusiva, na prática, muitas escolas ainda enfrentam dificuldades para atender adequadamente às demandas específicas desse público.

Um dos principais entraves é a falta de formação específica dos professores para lidar com questões de saúde mental na infância. Muitos docentes relatam insegurança ao trabalhar com alunos que apresentam comportamentos atípicos, dificuldades emocionais ou transtornos diagnosticados, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e quadros de ansiedade ou depressão (Guzzo, 2016). Essa lacuna na formação inicial e continuada compromete a qualidade do atendimento educacional especializado e pode gerar práticas excludentes, ainda que de forma não intencional.

Outro desafio recorrente é o estigma associado aos transtornos mentais, tanto por parte da comunidade escolar quanto da sociedade em geral. Crianças com sofrimento psíquico muitas vezes são rotuladas como "problemáticas" ou "difíceis", o que contribui para sua marginalização no espaço escolar (Cunha & Boarini, 2011). Esse estigma pode se manifestar em atitudes de rejeição, isolamento ou baixa expectativa em relação ao desempenho acadêmico desses alunos.

Além disso, há uma fragilidade na articulação entre os setores da educação, saúde e assistência social, o que dificulta a construção de redes de apoio efetivas. A ausência de protocolos claros de encaminhamento e acompanhamento de casos, bem como a escassez de profissionais especializados nas escolas, como psicólogos e assistentes sociais, compromete a continuidade do cuidado e o suporte necessário às crianças e suas famílias (Matos & Goes, 2021).

Outro ponto crítico é a dificuldade de diagnóstico precoce. Muitas vezes, os sinais de sofrimento psíquico são confundidos com desinteresse, indisciplina ou imaturidade, o que atrasa intervenções adequadas. A família, na maior parte das vezes, possui muitos preconceitos, que já são impostos pela sociedade, fazendo com que demorem a buscar um auxílio e diagnóstico. A escola, por sua vez, por estar em contato diário com a criança, poderia desempenhar um papel estratégico na identificação precoce de sinais de alerta, mas para isso é necessário que os profissionais estejam sensibilizados e capacitados.

Por fim, destaca-se a ausência de políticas públicas integradas que contemplem de forma articulada a saúde mental e a educação especial. Embora existam iniciativas pontuais, ainda falta uma política nacional robusta que promova a inclusão escolar com foco no bem-estar emocional das crianças.

PRINCIPAIS DESAFIOS EMOCIONAIS NA INFÂNCIA E INTERVENÇÕES

A ansiedade já é um transtorno emocional comum na infância, preveni-la com técnicas de relaxamento, por exemplo, evita impactos negativos no desenvolvimento.

Crianças com TDAH apresentam dificuldades em controlar impulsos, manter a atenção e regular emoções, gerando várias consequências. Assim, a psicologia infantil oferece estratégias para o controle dos sintomas, e junto com a família as intervenções são mais bem atingidas e gera melhoria na qualidade de vida.

Problemas de socialização podem indicar algum tipo de transtorno. A psicologia infantil pode propor adaptações pedagógicas para desenvolvimento das habilidades sociais.

A psicologia infantil também pode orientar as famílias sobre limites saudáveis e uso consciente da tecnologia, afinal vários estudos apontam que o uso precoce de dispositivos digitais e redes sociais podem influenciar na saúde emocional das crianças e devem ser utilizados em níveis seguros.

Estes são alguns desafios que a educação especial pode enfrentar. Assim, precisamos cada vez mais de uma rede de apoio eficaz.

ESTRATÉGIAS E BOAS PRÁTICAS

Diante dos desafios enfrentados pelas escolas na inclusão de crianças com transtornos mentais, torna-se essencial a adoção de estratégias pedagógicas e institucionais que promovam o acolhimento, o desenvolvimento integral e a aprendizagem significativa desses alunos. Um ambiente seguro e afetuoso é crucial para a construção de bases emocionais saudáveis. Tais estratégias devem estar alinhadas com os princípios da educação inclusiva e com as diretrizes da promoção da saúde mental na infância. De acordo com vários estudos, é na infância que as crianças desenvolvem emoções fundamentais como alegria, medo, raiva e tristeza. Essa fase é marcada pela dependência emocional dos cuidadores, que atuam como reguladores afetivos. Assim sendo, a qualidade do apego nessa etapa influencia diretamente a capacidade da criança de lidar com suas emoções no futuro.

Uma das ações prioritárias é a formação continuada dos profissionais da educação, com foco na sensibilização e capacitação para lidar com questões de saúde mental. Essa formação deve contemplar aspectos teóricos e práticos, abordando os principais transtornos mentais na infância, estratégias de manejo comportamental, comunicação com a família e articulação com a rede de saúde. Segundo Guzzo (2016), a formação docente é um dos pilares para a construção de uma escola inclusiva e emocionalmente segura.



ista Territórios Setembro 2025

Outra prática relevante é a implementação de protocolos de acolhimento e escuta ativa, que permitam identificar precocemente sinais de sofrimento psíquico e encaminhar os casos para acompanhamento especializado. A escuta qualificada, realizada por professores, coordenadores ou profissionais de apoio, contribui para a construção de vínculos afetivos e para a valorização da subjetividade da criança (Murta et al., 2015).

A parceria com equipes multiprofissionais também se mostra fundamental. A presença de psicólogos escolares, terapeutas ocupacionais e assistentes sociais pode ampliar a capacidade da escola de responder às demandas complexas dos alunos com transtornos mentais. Além disso, a articulação com os serviços da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) permite o acompanhamento clínico e social dos estudantes, favorecendo a continuidade do cuidado (Faria & Rodrigues, 2020). A família tem papel importante e necessita ter uma participação ativa, se envolvendo e colaborando no acompanhamento do desenvolvimento pedagógico da criança, aliado as práticas da comunidade escolar e parceria com as equipes multiprofissionais.

No âmbito pedagógico, é necessário investir em adaptações curriculares e metodológicas, que respeitem o ritmo, os interesses e as necessidades dos alunos. Estratégias como o ensino por projetos, o uso de recursos visuais e tecnológicos, e a flexibilização da avaliação podem contribuir para a inclusão efetiva e para o engajamento dos estudantes com sofrimento psíquico.

Por fim, destaca-se a importância de promover ambientes escolares emocionalmente seguros, nos quais prevaleçam relações de respeito, empatia e cooperação. A cultura escolar deve ser orientada por valores inclusivos, combatendo o estigma e valorizando a diversidade humana. A construção de uma escola que cuida, acolhe e educa é um compromisso ético e político com a infância e com os direitos humanos. É importante educar as pessoas ao nosso redor sobre as diferentes deficiências e desafios que essas crianças enfrentam. Ao criar essa conscientização, podemos desenvolver um ambiente mais compassivo e acolhedor para todos.

ESTUDO DE CASO: INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNOS MENTAIS EM ESCOLA PÚBLICA

A realidade da inclusão escolar de crianças com transtornos mentais em escolas públicas brasileiras revela tanto avanços quanto desafios persistentes. Um estudo realizado no município de Indaiatuba (SP) investigou a experiência de famílias cujos filhos, diagnosticados com transtornos mentais, estavam matriculados em programas de educação especial com o objetivo de inclusão em classes comuns. A pesquisa, de natureza descritiva, utilizou entrevistas semiestruturadas com mães

Revista Territórios Setembro 2025

desses alunos e evidenciou a ausência de articulação entre os setores da educação e da saúde, além da falta de ações complementares que favorecessem a inclusão efetiva.

As mães relataram que os profissionais da escola e da saúde frequentemente ignoravam os princípios da educação inclusiva, o que resultava em práticas fragmentadas e pouco eficazes. A inexistência de discussões intersetoriais e de estratégias integradas para minimizar o sofrimento psíquico das crianças foi apontada como um dos principais obstáculos à construção de contextos educacionais verdadeiramente inclusivos.

Outro estudo, realizado em uma escola pública do Rio de Janeiro, investigou a percepção de professores sobre os desafios e potencialidades da promoção da saúde mental no ambiente escolar. Por meio de grupos focais, os docentes destacaram a violência, os conflitos interpessoais e a falta de apoio emocional como fatores que dificultam a inclusão de alunos com sofrimento psíquico. Os participantes também apontaram a necessidade de superar barreiras culturais e promover a participação ativa de famílias e estudantes no cotidiano escolar.

Ambos os estudos reforçam a importância da colaboração intersetorial entre escolas, serviços de saúde mental (como os CAPSi) e famílias, como condição essencial para a construção de práticas inclusivas e promotoras de saúde. A escuta qualificada, a formação docente e a criação de redes de apoio são elementos-chave para enfrentar os desafios e garantir o direito à educação de crianças com transtornos mentais.

Esses relatos evidenciam que, embora existam iniciativas promissoras, ainda há um longo caminho a ser percorrido para que a inclusão escolar seja efetiva e sensível às necessidades emocionais dos alunos. A construção de políticas públicas integradas e a valorização da saúde mental como dimensão fundamental da educação são passos urgentes nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A articulação entre educação especial e saúde mental na infância representa um campo emergente e de extrema relevância para a construção de práticas educacionais inclusivas e humanizadas. Ao reconhecer que o sofrimento psíquico pode impactar significativamente o desenvolvimento escolar, torna-se imperativo que as instituições educacionais estejam preparadas para acolher, compreender e intervir de forma adequada junto a crianças que apresentam transtornos mentais.

Os desafios enfrentados pelas escolas públicas brasileiras, como a falta de formação docente, o estigma social, a ausência de políticas intersetoriais e a escassez de recursos humanos especializados, revelam a necessidade de uma transformação estrutural e cultural no modo como a inclusão é concebida e praticada. A superação desses obstáculos exige o fortalecimento de políticas

evista Territórios Setembro 2025

públicas integradas, a valorização da saúde mental como dimensão essencial da educação e o investimento em formação continuada e suporte institucional. Cada criança precisa ser vista de forma individual, já que possui necessidades diferentes e produzir intervenções humanas e eficazes fazem a integralidade do processo.

As estratégias e boas práticas discutidas neste artigo — como a escuta ativa, a parceria com equipes multiprofissionais, as adaptações pedagógicas e a promoção de ambientes emocionalmente seguros — apontam caminhos possíveis para uma inclusão escolar que respeite a singularidade de cada criança e promova seu desenvolvimento integral.

O estudo de caso apresentado reforça que, embora existam iniciativas promissoras, ainda há um longo percurso a ser trilhado para que a inclusão de crianças com transtornos mentais seja efetiva e sensível às suas necessidades emocionais. A escola, como espaço privilegiado de convivência e aprendizagem, deve assumir um papel ativo na promoção da saúde mental, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, acolhedora e inclusiva.

Neste estudo, percebemos a urgência de políticas intersetoriais efetivas, que articulem educação, saúde e assistência social, bem como para a valorização da formação docente como instrumento de emancipação e transformação. Somente por meio de ações integradas e sensíveis às singularidades dos sujeitos será possível construir uma educação verdadeiramente inclusiva e promotora de saúde mental.

REFERÊNCIAS

CUNHA, M. I., e BOARINI, M. L. (2011). **Saúde mental infantil: desafios e perspectivas**. Universidade Estadual de Maringá.

FARIA, N. C., e RODRIGUES, M. C. (2020). **Promoção e prevenção em saúde mental na infância: implicações educacionais**. Psicologia e Educação, 51, 85–96. Disponível em: https://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n51/n51a09.pdf. Acesso em: 01 set. 2025.

Guzzo, R. S. L. (2016). **A escola como espaço de promoção da saúde mental**. In: Murta, S. G., Günther, H., & Guzzo, R. S. L. Promoção da saúde mental na escola: práticas e reflexões. Campinas: Alínea.

Matos, M. C. B. e Goes, M. C. (2021). Intersetorialidade como caminho para a inclusão escolar de crianças com sofrimento psíquico. Revista Brasileira de Educação Especial, 27(1), 45–60.

MURTA, S. G. (2007). Programas de prevenção a problemas emocionais e comportamentais em crianças e adolescentes: lições de três décadas de pesquisa. Psicologia: Reflexão e Crítica,



sta Territórios Setembro 2025

20(1), 1–8. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000100002. Acesso em: 01 set. 2025.

PEDAGOGIA AO PÉ DA LETRA. **Crianças com deficiência**. Pedagogia ao Pé da Letra, [s.d.]. Disponível em: https://www.pedagogiaaopedaletra.com/criancas-com-deficiencia/. Acesso em: 09 set. 2025.

RIBEIRO, M. (2006). **História, infância e saúde mental: uma abordagem crítica**. São Paulo: Cortez.

Sanches, A. C. G. e OLIVEIRA, M. A. F. (2011). **Educação inclusiva e alunos com transtorno mental: um desafio interdisciplinar**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, 27(4), 465–472. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ptp/a/xv3cvMXQbdr67y3C9fpRsvD/. Acesso em: 09 set. 2025.